

INTELIGÊNCIA FORTE, ESTILO EFICAZ: REPRESENTAÇÕES DISCURSIVAS DE CÂMARA CASCUDO POR MÁRIO DE ANDRADE NA CORRESPONDÊNCIA TROCADA ENTRE OS DOIS ESCRITORES

Benedita Vieira de Andrade (IFPB)
benedita.v@gmail.com

INTRODUÇÃO

Neste trabalho, vamos analisar fragmentos de textos escritos por Mário de Andrade para Luís da Câmara Cascudo. Esses textos fazem parte da correspondência pessoal trocada entre os dois escritores entre 1924 e 1944. Por meio dessa correspondência, foram criados, reforçados e mantidos laços sociais e de amizade entre os dois intelectuais. A relação que se estabeleceu entre ambos através das cartas ultrapassou as fronteiras da formalidade, convergiu para o nível pessoal e resultou em estreitos laços de amizade. A escolha desse corpus foi motivada pela relevância histórica, literária e cultural desses textos, bem como do interesse de melhor conhecer seus autores, personalidades de grande influência para a história da literatura e do folclore brasileiro.

Vamos analisar como Câmara Cascudo é representado discursivamente por Mário de Andrade nos primeiros anos da correspondência. Propõe-se, pois, a analisar como se constrói e se reconstrói a representação discursiva do intelectual por meio de cadeias referenciais, da predicação, da aspectualização e isotopias produzidas nos textos analisados. Nosso objetivo, portanto, é descrever, analisar e interpretar como as representações discursivas focalizadas são construídas por meio das categorias semânticas selecionadas. Para tanto, buscamos respaldo teórico, principalmente, na Análise textual dos discursos (ATD), proposta pelo linguista francês Jean-Michel ADAM.

Em virtude da natureza deste trabalho, utilizaremos, para análise, o recorte de 6 cartas de Mário de Andrade (cartas: 1, 3, 17, 21, 32 e 78) nos primeiros anos de correspondência. Serão analisados 8 enunciados, que serão numerados em ordem sequencial, como (E-1), (E-2), (E-8). Manteremos o número que consta do livro. Ex. carta 1-MA: carta de número 1 de Mário de Andrade. O número da carta será seguido da data em que foi escrita. Selecionamos trechos de cartas que melhor atendem aos nossos objetivos neste trabalho; ou seja, vamos mostrar só trechos que evidenciam a representação discursiva de Câmara Cascudo por Mário de Andrade no início da amizade. Os enunciados que usaremos para exemplificar conteúdos do quadro teórico serão identificados com (T); assim: (T-1), (T-2), (T-N).

Iniciaremos apresentando e contextualizando o corpus da pesquisa, fazendo uma descrição dos temas, conteúdos e propósitos dos textos que compõem a correspondência. Em seguida, apresentaremos algumas discussões relativas ao quadro teórico que embasa esse estudo, destacando as operações semânticas que servirão de base para a análise dos textos. Por último será apresentada a análise de alguns enunciados extraídos dos textos selecionados para esse trabalho, em que se procedeu a um recorte com textos que foram escritos nos primeiros anos dessa correspondência. Serão analisados apenas enunciados que representam discursivamente Luís da Câmara Cascudo.

1 CÂMARA CASCUDO E MÁRIO DE ANDRADE: 20 ANOS DE CORRESPONDÊNCIA

A correspondência entre Câmara Cascudo e Mário de Andrade inicia-se em 1924, quando o escritor paulista escreve uma carta de agradecimentos (carta datada de 14/08/1924) pelo artigo “O Sr. Mário de Andrade” publicado na revista *A Imprensa* de Natal. Nesse artigo repleto de erudição, publicado em 11 de junho de 1924 e remetido a Mário pelo próprio articulista, Cascudo elogia o “singular temperamento” do poeta de *Pauliceia desvairada*. O escritor paulista é sensibilizado pela “inteligência viva e eficaz” do nordestino, de quem não

mais se esquecerá. Os elogios e a erudição do escritor potiguar tocam o calcanhar de Aquiles do *ressabiado tatu*, que declara: “Acredite que não me esquecerei mais de você [...]. Meu ponto vulnerável é a confirmação das inteligências fortes. Você tocou-me rijo” (carta 1-MA). Nessa mesma carta Mário confessa que já conhecia Cascudo através de um artigo lido na *Revista do Brasil*. Simpatia à primeira carta, os dois intelectuais se afinam nas opiniões, ideias e gostos literários. Essa afinidade, que ultrapassa a esfera da intelectualidade, para além das almejadas relações familiares, vai culminar com a relação de compadrio, sem excluir, porém, momentos de tensão. Tensão que nunca afetou a amizade, que ambos souberam muito bem separar da concepção que tinham de produzir arte: “Não é por causa duma opinião contrária a um livro meu que diminuirá um minutinho de minha amizade por você” (carta 21-MA) dizia Mário ao amigo, que, por seu turno, declarava em 1944 “Naturalmente não somos padre e sacristão para viver rosnando ‘amém’ quando o outro diz qualquer coisa” (carta 156-LCC).

Quanto ao conteúdo, os textos de que nos ocupamos apresentam-se bastante heterogêneos em relação aos temas tratados. Assuntos os mais diversos permeiam o universo dessa correspondência, como pedidos específicos de envio de livros, revistas, fotografias, algum poema em particular; pedido de informação sobre fatos e pessoas, esclarecimentos sobre o uso de determinada palavra ou expressão; troca e pedido de opinião; troca de informações sobre livros, revistas, eventos; impressões sobre texto ou pessoa específicos; impressões sobre a escrita. E muitas outras impressões, sugestões, e elogios. As cartas têm o condão de manter e estreitar os laços de amizades. Têm também a função de apresentar poetas menos conhecidos no meio literário. As cartas registram os projetos literários, o pensamento, as ideias, os ideais, o dia a dia desses dois grandes intelectuais brasileiros, que vão conquistando confiança recíproca que permite a ambos expressar os mais sinceros sentimentos.

Importante documentário da vida intelectual brasileira durante duas décadas, essa correspondência acompanha e registra todos os eventos culturais, sociais, políticos e econômicos da época (1924-1944). Também encontramos concepções sobre lugares, o povo e seus costumes. A correspondência também registra a construção de obras literárias que viriam a se tornar célebres anos depois. Trabalhos e ideias em processos, que vão sendo detalhados e que garantem à correspondência, como afirma Moraes (2010, p. 374), o estatuto de “memória da criação”. Vemos também através dessa correspondência uma radiografia da forma de se expressar desses dois grandes estudiosos, retratada por meio do discurso, que vai construindo, através das imagens propostas, uma representação do estilo de cada um. E, ainda, a crítica literária séria, com comentários elucidativos da obra um do outro feitos pelos dois amigos.

2 QUADRO TEÓRICO: ANÁLISE TEXTUAL DOS DISCURSOS (ATD)

A Análise Textual dos Discursos, elaborada pelo linguista francês J.-Michel Adam, é uma abordagem teórica e metodológica que se insere no campo da Linguística Textual e tem como objetivo pensar o texto e o discurso em novas categorias. Adam articula sua proposta de linguística textual e análise de discurso sobre novas bases e “situa decididamente a linguística textual no quadro mais amplo da análise do discurso” (2008, p. 24). A Análise Textual dos Discursos (doravante ATD) se propõe constituir como alternativa para atender à demanda por propostas concretas para a análise de textos. Uma teoria do texto e suas relações com o domínio mais vasto do discurso se oferecem como um novo quadro e uma indispensável coerência para as diferentes ciências da linguagem. Essa abordagem se justifica, segundo o autor, pela necessidade de uma teoria do texto que, relacionada a outros domínios discursivos, venha descrevê-lo em toda a sua complexidade. Assim, ao propor uma reflexão epistemológica e uma teoria de conjunto, ele argumenta que o texto é um objeto empírico tão complexo que sua descrição poderia justificar o recurso a diferentes teorias, mas o que se faz necessária é uma teoria desse objeto e de suas relações com o domínio mais vasto do discurso.

Nessa perspectiva, Adam (2008) define as bases da ATD, com a proposta de delinear uma alternativa para a explicação de texto tradicional e a análise estilística. Com efeito, ele substitui o termo “análise textual” por “análise textual dos discursos”. Assim, segundo entendimento de Passeggi et al (2010), muitas das afirmações de Adam referentes à Linguística Textual caracterizam, na verdade, sua proposta de Análise Textual dos Discursos e é dessa forma que os autores as utilizam e que também nós as retomamos aqui.

Adam (2008) entende que a linguística textual e a análise do discurso se desenvolveram independentemente uma da outra. Assim, propõe articular uma linguística textual desvinculada da gramática de texto e uma análise de discurso emancipada da análise de discurso francesa. Sua proposta tem como base uma reflexão epistemológica e uma teoria de conjunto sobre a análise de textos. Situando a linguística textual no quadro mais amplo da análise do discurso, o autor postula, ao mesmo tempo, “uma separação e uma complementariedade das tarefas e dos objetos da linguística textual e da análise de discurso” (ADAM, 2008, p. 43). Para o autor, a LT é um subdomínio de outros domínios, da ciência e do discursivo. Quanto à ATD, ele a define como um relacionamento da análise textual advinda da linguística textual para aplicá-la à análise do discurso. Nessa proposta, a LT é concebida como teoria geral e a ATD como estudo do texto singular. Adam insere a ATD no âmbito da LT, reivindicando-lhe o status de “uma teoria da produção co(n)textual de sentido, que deve fundar-se na análise de textos concretos” (2008, p. 23).

Com a expressão “co(n)textual”, Adam põe em destaque a importância do cotexto e do contexto para a interpretação de qualquer texto. Para ele, a interpretação de enunciados isolados tem que se apoiar na reconstrução de enunciados à esquerda e / ou à direita (cotexto), bem como na operação de contextualização, a qual consiste em imaginar uma situação de enunciação que torne possível o enunciado considerado. Daí a opção pelo termo “co(n)texto”.

2.1 NÍVEIS DA ANÁLISE TEXTUAL DOS DISCURSOS

Soares, Passeggi e Silva Neto (2010), analisando um discurso político, revisitam os níveis de análise textuais/discursivos propostos por Adam (2008), simplificando sua organização e condensando-os em quatro níveis principais: sequencial-composicional, enunciativo, semântico e argumentativo. O nível sequencial-composicional refere-se diretamente à estrutura linear do texto. Neste nível, as sequências têm papel fundamental. Os enunciados elementares (proposição-enunciado) se organizam em períodos, que compõem as sequências. Estas se agrupam de acordo com um plano de texto.

O nível enunciativo, que se expressa linearmente, mas também pode corresponder a uma estruturação não linear do texto, é baseado na noção de *responsabilidade enunciativa*, que corresponde às vozes do texto, à sua polifonia. A explicitação da responsabilidade enunciativa, conforme observam os autores, apresenta diversas características não lineares.

Os níveis semântico e argumentativo, à semelhança do nível enunciativo, também são expressos linearmente, também podendo corresponder a uma estruturação não linear do texto. O nível semântico se apoia na noção de *representação discursiva* e em noções conexas, que remetem ao conteúdo referencial do texto: anáforas, correferências, isotopias, colocações. O nível argumentativo é embasado nos atos de discurso realizados e na sua contribuição para a orientação argumentativa do texto. Em virtude de nossos objetivos de pesquisa, vamos nos apoiar no nível semântico.

Nas cartas de Câmara Cascudo e Mário de Andrade, as imagens dos missivistas são elaboradas em várias cartas e se constroem ao longo da correspondência, em pontos não sucessivos, por meio de diversos recursos linguísticos. As representações vão sendo mantidas, reformuladas, modificadas, uma vez que os textos se sucedem no tempo. Os pontos de vista e, conseqüentemente as representações, também vão sendo modificados.

2.2 AS REPRESENTAÇÕES DISCURSIVAS

A representação discursiva é uma das principais noções utilizadas pela ATD para o nível semântico do texto. Essa noção, juntamente com as de correferência, anáfora, isotopia e colocação (Cf. ADAM, 2008, cap. 3), compõe o conjunto de categorias da ATD mais diretamente vinculadas à semântica.

A noção de representação discursiva (Rd) que será aqui utilizada é apreendida, principalmente, da obra de Adam e autores que o seguem, como também de Grize (1997). De forma simplificada, a representação discursiva seria a “imagem” do locutor, do auditório, ou do tema tratado proposta pelo discurso. Sempre que se enuncia ou se lê uma proposição está-se construindo uma representação discursiva. Essa Rd que se constrói é suscetível de ser confirmada ou invalidada, modificada ou complementada por outras proposições. Vemos, assim, que as Rds não são dadas, mas construídas a partir da realidade apresentada pelo texto. É o texto que propõe o sentido, conforme postula Adam (op. Cit.), e, assim, o sentido de um texto pode ser descrito como uma imagem mental que o receptor constrói da realidade tal qual esta lhe é oferecida pelo texto. Em harmonia com esse pensamento de Adam, o texto é uma proposição de sentido que o interpretante é convidado a (re)construir. O sentido de um enunciado é inseparável dessa atividade de reconstrução. O sentido de um enunciado (o dito) é inseparável de um dizer, isto é, de uma atividade enunciativa significativa que o texto convida a (re)construir. É nesse sentido que vamos abordar as representações discursivas: toda Rd é, semanticamente, construída pelo interpretante a partir do texto, conforme propõe Adam (2008, p. 114).

É o interpretante que constrói a Rd a partir dos enunciados (esquematisação), em função de suas próprias finalidades (objetivos, intenções) e de suas representações psicossociais da situação, do enunciador e do mundo do texto, assim como de seus pressupostos culturais.

Com a escolha da expressão “construção de uma representação discursiva”, pretende-se dar a entender que a linguagem faz referência e que todo texto é uma proposição de mundo que solicita do interpretante (auditor ou locutor) uma atividade semelhante, mas não simétrica, de (re)construção dessa proposição de (pequeno) mundo ou Rd (Aspas do autor).

Adam aceita a ideia de que a língua, embora não possa dizer tudo, faz referência ao mundo, às palavras, à própria situação de enunciação e aos co-enunciadores. E o texto é “uma proposição de mundo (Rd) e de sentido, um sistema de determinações e um espaço de reflexividade metalingüística.” (cf. 2008, p. 115). Todo texto constrói uma representação discursiva do seu enunciador, do seu ouvinte ou leitor e dos temas ou assuntos que são tratados. A proposição enunciada (unidade textual elementar) também possui um conteúdo referencial, um valor descritivo e, portanto, constitui uma representação discursiva mínima:

A atividade discursiva de referência constrói, semanticamente, uma representação, um objeto de discurso comunicável. Esse microuniverso semântico apresenta-se, minimamente, como um tema ou objeto de discurso posto e o desenvolvimento de uma predicação a seu respeito. A forma mais simples é a estrutura que associa um sintagma nominal a um sintagma verbal, mas, de um ponto de vista semântico, uma proposição pode muito bem se reduzir a um nome e um adjetivo (ADAM, 2008, 113-114).

A proposição-enunciado, tal como é esquematizada por Adam (2011, p. 111) apresenta três dimensões: referencial, enunciativa e argumentativa. A “imagem” do conteúdo proposicional (Rd) figura na dimensão referencial (A): referência como representação discursiva construída pelo conteúdo proposicional. A atividade de referência constrói uma

imagem dos objetos de discurso, posto que “cada expressão utilizada categoriza ou *perspectiva* o referente de uma certa maneira” (cf. RODRIGUES, PASSEGGI, SILVA NETO, 2010, p. 173).

Rodrigues, Passeggi, Silva Neto (2010) observam que, embora a proposição enunciada constitua uma representação discursiva mínima, quando se trata do funcionamento textual típico, uma Rd é habitualmente composta por um conjunto de proposições e uma rede lexical. Dessa forma, a noção de representação discursiva pode se realizar na frase, no período, na sequência e no texto. Uma dada representação discursiva pode ser construída em vários pontos do texto, não necessariamente sucessivos.

No esquema da comunicação proposto por Grize (1997), um locutor A, em uma situação de interlocução e diante de um interlocutor B, constrói uma representação discursiva (por definição, uma esquematização) dos assuntos tratados T. B reconstrói a esquematização que lhe é proposta e também constrói suas representações, de A e de T. Nessa teoria, A deve construir representações tanto dos temas (T) como do interlocutor ou auditório (B). Ressalte-se que a representação não é de B, mas de alguns de seus aspectos, como saberes, intenções e valores. A constrói também uma representação de si. Para o autor, toda situação de comunicação oral ou escrita origina uma esquematização e essa atividade cria os sentidos.

Convém destacar, em harmonia com Grize (1997), que uma esquematização nem sempre constrói imagens, mas ela contém marcas que ajudam na sua reconstrução. A atividade de reconstrução consiste na interpretação da esquematização e se baseia nas representações, nos pré-construídos e nas finalidades dos interlocutores. As imagens, enquanto objetos textuais, diferem das representações. Estas podem ser inferidas a partir daquelas. Dentro dessa abordagem, o autor entende que os interlocutores constroem as representações a partir das imagens que o discurso propõe. Essas imagens são basicamente de três tipos (cf. PASSEGGI, 2001, p. 249):

- imagem do locutor: im (A)
- imagem do destinatário: (im (B)
- imagem do tema tratado: im (T)

Há, portanto, três representações elementares que se combinam igualmente entre si: aquelas que o locutor A tem de si mesmo, aquela que ele tem do ouvinte B e aquela que ele tem daquilo sobre o que se fala T (tema abordado).

2.2.1 CATEGORIAS PARA ANÁLISE DAS Rds

Neste item, vamos apresentar algumas das categorias semânticas que servirão de base para analisarmos as representações discursivas propostas. Essas categorias serão selecionadas e descritas em conformidade com nossos objetivos neste trabalho. Dessa forma, reteremos quatro categorias semânticas para a análise da representação discursiva de Luís da Câmara Cascudo: referência (concebida como referenciação), predicção, aspectualização e isotopia.

2.2.1.1 Referenciação

Em virtude de nosso objetivo neste trabalho, não vamos focalizar o processo de referenciação em toda a sua complexidade. Para nossos interesses de pesquisa, vamos reter o conceito de referenciação como *designação e redesignação dos referentes*. Dessa forma, vamos nos ater à referência como categoria semântica que será aplicada, juntamente com outras categorias, na análise do nosso corpus. Assim, faremos uma breve descrição dessa categoria, com respaldo teórico principal em Koch (2005; 2006; 2009).

Entendemos, em harmonia com Koch (2009), que todo discurso constrói uma representação que opera como uma memória compartilhada, alimentada pelo próprio discurso. São os sucessivos estágios dessa representação que determinam, em parte, as escolhas de

expressões referenciais feitas pelos interlocutores. Nesse sentido, a autora defende que o discurso constrói aquilo a que faz remissão, ao mesmo tempo em que é tributário dessa construção. Para a autora, a referência é entendida como “aquilo que designamos, representamos, sugerimos quando usamos um termo ou criamos uma situação discursiva referencial com essa finalidade” (2009, p. 57). Com efeito, concebida a referenciação como um caso geral de operação dos elementos designadores, todos os casos de progressão referencial são baseados em algum tipo de referenciação, mesmo que não sejam os mesmos os elementos que recorrem.

Concebendo a referenciação como o resultado da operação que realizamos quando usamos um termo ou criamos uma situação discursiva referencial para designar, representar ou sugerir algo, as entidades designadas passam a ser vistas como *objetos-de-discurso* e não como *objetos-do-mundo* (cf. KOCH, 2006). Os objetos de discurso constroem a realidade e são construídos no processo de interação. A realidade é, assim, construída, mantida e alterada pela forma como, sociocognitivamente, interagimos com o mundo (cf. KOCH, 2005). Nesse sentido, entendemos que a referenciação é um processo em permanente elaboração, que não se limita à remissão e retomada de elementos linguísticos, explícitos no contexto, mas está condicionado a regras sociais convencionadas por cada comunidade. Nessa perspectiva, o referente é entendido como uma entidade construída, negociada e representada na mente dos participantes da enunciação, portanto, uma construção compartilhada.

Segundo Koch (2009), a referenciação constitui uma atividade discursiva e os processos de referenciação são escolhas do sujeito em função de um querer-dizer. Com isso, entende-se, em conformidade com a autora, que as formas de referenciação, bem como os processos de remissão textual que se realizam por meio dessas formas constituem escolhas do sujeito em função desse projeto de dizer. Nessa perspectiva, a autora defende que o processamento do discurso é um processamento estratégico. Dessa forma, a interpretação de uma expressão referencial anafórica consiste em localizar não apenas um segmento linguístico no texto ou um objeto específico no mundo, mas algum tipo de informação anteriormente alocada na memória discursiva. Com base nesse pressuposto, Koch (*ibid*) enfatiza que uma das funções textual-interativas da remissão textual – particularmente quando realizada por meio de descrições ou formas nominais – é imprimir aos enunciados em que se insere e ao texto como um todo orientações argumentativas conformes à proposta enunciativa do seu produtor.

O emprego de uma descrição nominal, com função de categorização ou recategorização, pressupõe uma escolha dentre uma multiplicidade de formas de caracterizar o referente. Essa escolha, ressalta Koch (*ibid*), é feita em cada contexto de acordo com a proposta de sentido do produtor do texto. Trata-se da ativação de características ou traços do referente que devem levar o interlocutor a vê-lo sob um determinado prisma, ou seja, a construir uma imagem para esse referente. O uso de uma descrição nominal também permite ao locutor fornecer ao interlocutor propriedades ou fatos, que presume desconhecidos deste, concernentes ao referente. Ao empregar uma expressão nominal anafórica, por exemplo, o locutor opera uma recategorização dos objetos-de-discurso, que vão sendo reconstruídos ao longo do texto, atendendo os seus propósitos comunicativos. Nessa recategorização, assinala Koch, (2005), a seleção do núcleo da forma nominal e a de seus modificadores desempenha papel fundamental. As expressões nominais remissivas permitem, portanto, ao leitor construir as pistas que lhe orientarão para os sentidos propostos e as leituras possíveis que se projetam a partir do texto.

Neste trabalho, como já deixamos claro, os processos de referenciação não serão aplicados em sua complexidade. Por uma questão metodológica, as expressões referenciais atendem bem aos nossos objetivos. Assim, convém, aqui, fazer uma distinção entre processos de referenciação, que não podem ser tomados como categoria, e expressões referenciais. Para tanto, recorremos ao texto de Cavalcante (2012), que nos pareceu bastante elucidativo sobre essa questão. Entendemos, em harmonia com essa autora, que as expressões referenciais são

recursos linguísticos que permitem nomear os objetos elaborados durante o evento de comunicação. São expressões utilizadas para fazer remissão a esses objetos de discurso. Já a referenciação remete ao processo de construção dos referentes ou objetos de discurso. Cavalcante (*ibid.* p. 98) explica bem a questão:

O processo de referenciação diz respeito à atividade de construção de referentes (ou objetos de discurso) apreendidos por meio de expressões linguísticas específicas para tal fim, chamadas de expressões referenciais”

[...]

Então, podemos dizer que o referente é um objeto, uma entidade, uma representação construída a partir do texto e percebida, na maioria das vezes, a partir do uso de expressões referenciais.

Segundo a autora, os referentes remetem a conteúdos nominais, ou seja, expressões que, linguisticamente elaboradas, têm natureza substantiva ou, às vezes, adverbial. Sendo assim, as expressões referenciais são, geralmente, sintagmas nominais (cujo núcleo é um substantivo ou pronome substantivo), podendo também constituir sintagmas adverbiais (cujo núcleo é um pronome advérbio).

2.2.1.2 Predicação

Vamos entender a predicação, em harmonia com Passeggi (2010), como seleção dos processos, ou seja, a predicação (verbal) remete tanto à operação de seleção dos predicados como ao estabelecimento da relação predicativa no enunciado. Assim, a predicação designa os processos, no sentido amplo: ações, estado, mudança de estado.

Para tratar dessa categoria, vamos buscar apoio teórico principal em Neves (2006), para quem a predicação é um processo básico de constituição do enunciado. Essa proposta leva em consideração a centralidade do verbo, em que este se coloca como centro da oração e o sujeito como o escopo da predicação que se opera na oração, ou seja, a predicação se estabelece em referência ao sujeito. Esse seria, segundo a autora, um fenômeno sintático, que envolve a semântica e a pragmática. Neste nível – pragmático – situa-se a questão da organização dos termos da oração efetivamente realizada, o que implica uma escolha determinada pelo sentido que se quer imprimir no texto. Neves (*ibid.* p.42) afirma que essa não é de modo algum uma escolha aleatória, mas, sim, uma escolha comunicativamente dirigida. “Trata-se de escolhas pragmáticas de padrões sintáticos, as quais ocorrem em dependência do fluxo de informação no discurso”.

É interessante destacar, em harmonia com Neves (op. Cit), que os núcleos de predicados são verbos e o que acontece com estes verbos está intimamente relacionado com a natureza dos predicados. Nesse sentido, uma classificação dos verbos parte dos núcleos de predicados e sua relação com os argumentos. Partindo dessa concepção, a autora apresenta uma classificação dos verbos feita segundo a natureza dos papéis semânticos desempenhados pelos argumentos que se relacionam com o predicado e que, na oração realizada, se apresentam como funções de verbo. Assim, ela identificou, por esse critério, verbos que indicam: ação, processo, ação-processo e estado.

O valor do verbo é determinado pela combinação do sujeito com os complementos e é condicionado pela relação do predicado com os argumentos. Nessa perspectiva, leva-se em consideração a identificação dos traços semânticos do nome que é núcleo do complemento, os quais são exigidos pela matriz construcional do verbo. Quando o valor semântico de um verbo repete o valor do complemento, um verbo semanticamente neutro ocupa o lugar do núcleo verbal do predicado. É dessa forma que se comportam os chamados verbos-suporte: funcionam como mero suporte das categorias verbais e compõem com o complemento um predicador correspondente ao verbo simples não ocorrente (tomar bebida = beber; dar golpe =

golpear). Esse tipo de verbo, como também os chamados verbos de ligação, não são por si predicados, não constituem o núcleo, a matriz, para o preenchimento da estrutura argumental (ou a construção de orações).

A escolha de um predicado formado com verbo-suporte ao invés de verbo pleno não é aleatória. Ao optar por uma construção com verbo-suporte, o falante está buscando um efeito particular de sentido, e essa escolha é instruída por fatores de diversas ordens, ligados a diferentes propósitos comunicativos. Conforme ensina Neves (2006, p. 64), essa escolha “revela busca de obtenção de sentidos particulares, explicando-se por necessidades ou ganhos funcionais”.

O verbo pertence à esfera semântica das relações e processos e é o responsável por determinar a relação que com ele contraem os argumentos, participantes da relação predicativa (agente, objeto, receptor). A conjunção do predicado com os argumentos compõe a predicação. A predicação será interpretada por nós como categoria de análise na construção das representações discursivas que serão focalizadas neste trabalho. Essa categoria não será utilizada isoladamente; ao contrário, todas as categorias serão interpretadas na sua relação com outras categorias.

2.2.1.3 Aspectualização

A operação de aspectualização é a mais comumente admitida como base da descrição. Apoiada na tematização (ver *referenciação*), essa macro-operação associa um conjunto de operações que se combinam frequentemente e consiste na seleção das partes e na qualificação do todo ou das partes do objeto da descrição. Ou seja, essa operação seleciona as partes e evidencia propriedades do todo ou das partes:

a) A partição é a seleção das partes do objeto da descrição. A análise de partes e subpartes de um todo tende a fragmentar o objeto de discurso. Essa operação pode ser ilustrada com o trecho abaixo:

(T1) *Lobato (o jeca-açu meu amigo) mostrou-me o terrível Mário, de bigodinho e claros dentes, numa rua que não sei se se chamava Líbero Badaró* (Carta 8-LCC – 12/07/25).

b) A qualificação, ou atribuição de propriedades, evidencia propriedades do todo e / ou das partes selecionadas pela operação de fragmentação. Essa operação se realiza, na maioria das vezes, pela estrutura do grupo nominal nome + adjetivo e pelo recurso predicativo ao verbo ser. Também “consiste, frequentemente, de uma relação predicativa do tipo *ter* que realiza a operação de partição, quase sempre com uma qualificação vinculada” (ADAM, 2011, p. 221). Os enunciados (T2) e (T3) ilustram bem essa estrutura, apresentando propriedades do todo (*casa*) e de partes do todo (*amplas janelas*) e evidenciando, ainda, a operação de partição:

(T2) *A sua casa em Natal é tranquila e fora da “Cidade”. Quieta, rodeada de árvores, serena, com amplas janelas para os morros verdes, cheia de sossego e de paz.* (carta 10-LCC).

(T3) *A sua dicção tem pontaria certa as mais das vezes, Luís da Câmara Cascudo.* (carta 3 – MA).

Adam (2011a, p. 222) também chama a atenção para as proposições acionais, que correspondem a uma forma de descrever pela ação, recorrendo a predicados acionais habituais. “Descrever um personagem pelas ações apresentadas como habituais equivale a torná-las propriedades da pessoa ou do personagem”. Vejamos o enunciado (T4) do qual se

infiere que o enunciador é pessoa bem relacionada socialmente (José Augusto e W. Luís eram, respectivamente, governador do Rio Grande do Norte e de São Paulo, na época) e fumante:

(T4) *Cheguei ontem do Sertão onde fui no séquito de José Augusto receber o sr. W. Luís. Trouxe muita poeira e uma impressão que V. lerá depois. Tive, depois do banho e do jantar, o prazer do fumo e de sua palestra.* (Carta 33-LCC).

Rodrigues, Passeggi e Silva Neto (2010), que fazem releitura de Adam, entendem que a operação de aspectualização tanto pode atribuir propriedades aos referentes quanto às predicções/processos. Vejamos os termos destacados em:

(T5) *Escrever clara e asseadamente, nítida quanto à expressão ortográfica é uma calamidade. Um desaforo. Uma traição. Uma pouca vergonha* (Carta 18-LCC).

O autor da carta empregou “clara e asseadamente, nítida” para atribuir propriedades à predicção (“escrever”).

2.2.1.4 Isotopia

Adam (2011) insere a isotopia no conjunto de categorias da ATD mais diretamente vinculadas à semântica. Essa categoria figura entre as operações de ligação que asseguram a continuidade textual, ou o agrupamento das proposições-enunciado. As isotopias, juntamente com anáforas e correferência, são postas como ligações do significado nas operações que ligam as unidades textuais de base. Essas operações asseguram a coesão textual, agindo a longa distância ou unindo constituintes de proposições próximas. Para o autor, cada uma dessas operações de base é um fator de textualidade, mas, isoladamente, nenhuma é suficiente para assegurar a coerência de um texto. Segundo ele, a isotopia é uma categoria semântica que torna possível a coerência interpretativa de partes do texto, a qual ele define como “a constância de um percurso de sentido que um texto apresenta quando submetido a regras de coerência interpretativa” (*Ibid.* p.147). Para ele, esse conceito apresenta a vantagem de ressaltar a importância do léxico no trabalho interpretativo do leitor. E acrescenta que ler um texto é identificar as isotopias que o perpassam e seguir o percurso dessas isotopias.

3. ANÁLISES

Sabemos que uma representação discursiva não apresenta caráter linear, ela pode ocorrer em partes não sucessivas do texto, podendo ser confirmada ou invalidada, modificada ou complementada. No caso do nosso corpus, em que os textos se sucedem no tempo, uma Rd que se mantém no espaço de vinte anos, sem modificação, é quase impossível. Dessa forma, focalizamos apenas aquelas representações que foram confirmadas nos oito enunciados dos textos selecionados. A representação de Câmara Cascudo como pessoa dotada de inteligência forte e eficaz é apenas uma das representações dentre as várias que o texto constrói.

(E-1) *Acredite que não me esquecerei mais de você. Não tanto por agradecido. Isto é, sim: por agradecido. Gratidão maior que lhe tenho da revelação de mais uma inteligência viva e eficaz. [...] Meu ponto vulnerável é a confirmação das inteligências fortes. Você tocou-me rijo* (Carta 1-MA – 14/08/1924).

(E-2) *Já o conhecia. O seu nome ficou-me dum artigo lido na Revista do Brasil. O seu estilo atual, vivaz, serelepe dá alegria. Entretece a gente. É incisivo.* (Carta 1-MA – 14/08/1924).

(E-3) *Quanto às Histórias que o tempo leva, livro interessantíssimo sob todos os aspectos [...] linguagem direta, pessoal, enérgica, simples, eficaz. [...] a sua dicção tem pontaria certa mais das vezes* (carta 3 – MA (26/09/1924)).

(E-4) *Aquela síntese histórica de Natal está simplesmente estupenda como estilo vivaz e eficiente* (Carta 32-MA – 22/07/1926).

(E-5) *É bom encontrar um homem como você, que soube ser eficaz na sua própria terra e aí ficar vivendo, pra comentar um bocado essa coisa horrorosa que está se passando por aqui* (Carta 78-MA – 27/04/1931).

O referente *inteligência* (E-1) é introduzido por meio da descrição indefinida *uma inteligência*, e aspectualizado pelos adjetivos *viva* e *eficaz*. *Inteligência viva e eficaz* é, portanto, uma representação construída através do texto. Ancorada nesse objeto, surge a expressão referencial *inteligências fortes*. *Viva*, *eficaz* e *forte* não são atributos inerentes a *inteligência*, mas lhe foram atribuídos para reforçar essa qualidade. Por meio da aspectualização foram conferidas propriedades novas ao escopo *inteligência/inteligências*, construindo a representação discursiva de LCC como homem inteligente, mas não de uma inteligência comum, e, sim, uma inteligência forte e eficaz. Essa inteligência toca o autor da carta. Mas não apenas toca, toca-o de forma intensa, rígida. Note-se que *rijo* aspectualiza o processo *tocou-me* e mantém isotopia com a inteligência forte. *Tocar rijo* é tocar fortemente, de forma intensa.

Em (E-2) o sintagma nominal *O seu estilo*, aspectualizado pelos adjetivos *atual*, *vivaz*, *serelepe*, *incisivo*, surge da informação cotextual *um artigo lido na Revista do Brasil*. A leitura anterior ancora o contato com o estilo e, portanto, permite a aspectualização. O estilo *vivaz*, *incisivo* (E-2) e *eficiente* (E-4) mantém isotopia com a inteligência forte. De uma inteligência forte e eficaz só pode resultar um estilo vivaz e eficiente. Ressalte-se que o *estilo vivaz* representado na carta 1 é ratificado na carta 32, quase dois anos depois. A inteligência eficaz (E-1) é endossada na *linguagem eficaz* de (E-3) – que pode ser interpretada como resultado da inteligência eficaz – e na representação do homem eficaz em (E-5), passados quase sete anos.

(E-6) *A fala serelepe de você dá na gente, espeta, pinga, chuça, faz cócega, é engraçada e sagui. Me diverte e é verdadeira, por isso além de divertir comove* (carta 17-MA – 26/11/1925).

(E-7) *De moderno mesmo só você. Pela sensibilidade pelo inédito da invenção, pelo cortante e incisivo da expressão. Gostei de verdade dos “Atos dos Modernos* (carta 21-MA – 03/02/1926).

(E-8) *A palavra na mão de você é feito guampa de marruá danado, chuça a gente direito mesmo. Se tem uma impressão até física, puxa!* (carta 32 – MA (22/07/1926)).

A fala que *espeta* e *chuça* (E-6), o *cortante* e *incisivo* da expressão (E-7) e a palavra que *chuça* de (E-8) podem ser postos em correspondência com a *pontaria certa* da dicção (E-3). Essas expressões atributivas para os referentes *dicção*, *fala*, *expressão* e *palavra* acionam a isotopia do estilo incisivo ativado em (E-2) e têm participação na orientação argumentativa dos textos. A escolha da forma verbal *chuça* para predicar o referente *palavra* (E-8) recupera a representação de *fala* (E-6) e do *estilo incisivo* (E-2).

Em (E-6) o referente *fala*, introduzido por descrição definida, é aspectualizado como *serelepe*, o que ativa a representação do estilo alegre e eficiente. A fala *serelepe*, *engraçada* e *sagui*, que *diverte* e *comove* de (E-6) mantém a isotopia do *estilo atual*, *vivaz*, *serelepe* que dá alegria e entretece (E-2). Note-se que *serelepe* de (E-2) é retomado em (E-6), mantendo a

orientação argumentativa na linha da representação do estilo *enérgico, forte, vivaz, eficaz e incisivo*.

Em (E-7) é construído um referente para Câmara Cascudo: ele é moderno, ou melhor, modernista, na acepção literária da palavra. Em 1926, no auge do movimento Modernista, quatro anos depois da Semana de 22, muitos escritores se esforçavam para se modernizar, pois ser *moderno* era a grande realização dos literatos. A partir do texto, pode-se elaborar uma representação de *moderno* para o autor da carta, que inclui sensibilidade, ineditismo, estilo incisivo, direto.

Em (E-8) o sintagma referencial *palavra* é posto em relação comparativa com a expressão *guampa de marruá danado*, ativando o sentido de incisivo, cortante, estimulante, que é reforçado por verbo de ação (chuçar). A escolha de verbos de ação predicando, numa relação metafórica, referentes não tidos comumente como agentes (*fala* (E-6), *palavra* (E-8)), confere dinamicidade, versatilidade e maior precisão semântica ao discurso, fazendo com que se tenha uma impressão mais realista da situação. Essa precisão é reforçada pelo próprio enunciador nos termos do texto: “*Se tem uma impressão até física*”.

A escolha lexical das expressões referenciais *inteligência* (E-1), *estilo* (E-2), *linguagem* (E-3), *dicção* (E-4), *fala* (E-6), expressão (E-7) e *palavra* (E-8) para nomear os objetos de discurso constrói metonimicamente a imagem de Câmara Cascudo tal como o discurso o representa. As expressões atributivas conferidas a esses referentes imprimem a orientação argumentativa dos enunciados no sentido de ressaltar essas características do autor natalense. Cada expressão utilizada categoriza ou *perspectiva* o referente de uma maneira particular. A escolha dos adjetivos (*viva, eficaz, fortes, vivaz, incisivo, eficiente*), para aspectualizar as expressões referenciais mantém a isotopia do discurso e a orientação argumentativa para a construção da representação da inteligência forte e eficaz. Observe-se que em (E-1), a inteligência é aspectualizada como **eficaz**; em (E-3) a linguagem é **eficaz**; em (E-4) o estilo é **eficiente**; em (E-5) o homem soube ser **eficaz**.

A inteligência, o estilo, a linguagem, a dicção, a fala, a palavra, postos como aspectos pessoais de Câmara Cascudo, representam, por extensão, o próprio Cascudo. Não se representa uma pessoa, mas alguns de seus aspectos, como saberes, intenções e valores (cf. GRIZE, 1997). Assim, a representação mais evidente que é possível construir para ele pode ser sintetizada pelo adjetivo *eficaz*, na sua acepção mais corriqueira de produtivo e eficiente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Focalizamos a representação discursiva de Câmara Cascudo como uma pessoa dotada de inteligência forte e eficaz. Essa Rd é uma das várias que são construídas no discurso ao longo de vinte anos de correspondência. A relação entre as operações semânticas referência, predicação, aspectualização e isotopia contribuiu para manifestar essa representação.

As expressões referenciais representaram as imagens textuais propostas pelo discurso, as quais construíram a Rd de Câmara Cascudo como uma inteligência forte e eficaz. A escolha dessas expressões foi determinada pela representação discursiva proposta pelo texto e contribuiu para a construção da representação de Câmara Cascudo como esta foi oferecida e elaborada discursivamente. A escolha lexical teve, portanto, papel fundamental na participação da orientação argumentativa dos textos. Já as isotopias permitiram ressaltar a importância do léxico para a interpretação da Rd focalizada. Juntamente com as expressões referenciais aspectualizadas, essas operações textualizadoras participaram na construção da coerência dos enunciados.

A escolha de verbos-suporte, por exemplo, em vez da forma copulativa “é” em “seu estilo tem pontaria certa” abre espaço para o locutor aspectualizar o referente “pontaria”, adicionando propriedades novas, sem alterar suas propriedades inerentes. A escolha de verbos de ação (*dá, espeta, faz cócega*) predicando, numa relação metafórica, referentes não

tidos comumente como agentes, confere dinamicidade, versatilidade e maior precisão semântica ao texto.

A relação entre as categorias semânticas promove, portanto, a composição de significações e contribui para construir as representações discursivas. Esse estudo mostrou que é possível analisar textos concretos, empregando essas operações semânticas, cuja relação se mostrou bastante satisfatória na produção/interpretação dos sentidos gerados pelos textos. Dessa forma, prestam-se como possíveis ferramentas para a compreensão/produção de textos.

Convém destacar que o que trouxemos foi apenas uma amostra de análise feita à luz da ATD. Há, incontestavelmente, muitas outras possibilidades de exploração. A ATD está em evolução, aberta a novas categorias, a complementações e novos desenvolvimentos, com aprofundamento teórico de algumas de suas noções. Os dados aqui não são, de forma alguma, conclusivos, até porque este trabalho apresenta apenas parte dos estudos desenvolvidos no nosso projeto de tese de doutorado, que se encontra em andamento.

REFERÊNCIAS

ADAM, Jean-Michel. *A Linguística Textual: introdução à análise textual dos discursos*. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. *A Linguística Textual: introdução à análise textual dos discursos*. 2 ed. rev. e aumentada. São Paulo: Cortez, 2011.

CAVALCANTE, Mônica M. *Os sentidos do texto*. São Paulo: Contexto, 2012.

GRIZE, Jean-Blaise. *Logique et language*. Paris: Ophrys, 1997.

KOCH, Ingedore G. Villaça. *Introdução à lingüística textual: trajetória e grandes temas*. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

_____. *Desvendando os segredos do texto*. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. Referenciação e orientação argumentativa. In: _____. MORATO, E.M.; BENTES, A.C. (Orgs.). *Referenciação e discurso*. São Paulo: Contexto, 2005. pp. 33-52.

MORAES, M. A. (org.). *Câmara Cascudo e Mário de Andrade. Cartas, 1924-1944*. São Paulo: Global, 2010.

NEVES, M.H.M. *Texto e gramática*. São Paulo: Contexto, 2006.

PASSEGGI, Luis *et al.* A análise textual dos discursos: para uma teoria da produção co(n)textual de sentido. In: BENTES, Anna Christina; LEITE, Marli, Quadros. *Linguística de texto e análise da conversação: panorama das pesquisas no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2010. P. 262-312.

PASSEGGI, Luís. A estruturação sintático-semântica dos conteúdos discursivos: categorias discursivas da lógica natural para a linguística. In: _____. OLIVEIRA, M. S. (orgs.) *Linguística e Educação*. São Paulo: Terceira margem, 2001. pp. 245-269.

RODRIGUES, Maria das Graças S; SILVA NETO, João G; PASSEGGI, Luis (orgs.). *Análises textuais e discursivas: metodologia e aplicação*. São Paulo: Cortez, 2010.